



A REVISTA FUNDAÇÃO JP E A TEMÁTICA DO PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL EM MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO JP MAGAZINE AND THE THEME OF URBAN-REGIONAL
PLANNING IN MINAS GERAIS

Eixo temático: Práticas, processos e institucionalidades

LACERDA, Gabriel do Carmo

Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); Doutorando em Economia

(Cedeplar/UFMG)

gdclacerda@gmail.com

RESUMO

O presente texto se insere na literatura que tem retomado as experiências e institucionalidades acerca do planejamento urbano-regional durante a ditadura civil-militar brasileira. Aqui é estudada a Revista Fundação JP, editada pela Fundação João Pinheiro (FJP) – instituição criada em 1969 para produção de estudos e estatísticas que auxiliassem o desenvolvimento mineiro – durante a década de 1970, quando a temática se organizou e consolidou no aparelho estatal mineiro. O estudo das publicações acerca da temática do planejamento urbano e regional na Revista Fundação JP é ilustrativo, pois demonstra as mudanças de enfoques dado o contexto mineiro e nacional, a pluralidade de referenciais teórico-metodológicos, os debates acerca dos caminhos tomados e futuros da política urbano-regional. Assim, seu estudo auxilia na compreensão dos processos de consolidação institucional das questões do planejamento e ação estatal no âmbito das políticas urbanas e regionais.

PALAVRAS-CHAVE Planejamento; Minas Gerais; Revista Fundação JP; instituições

ABSTRACT

This paper is part of the literature that has resumed the experiences and institutionalities about urban-regional planning during the Brazilian civil-military dictatorship. The Fundação JP Magazine is studied here, edited by Fundação João Pinheiro (FJP), an institution created in 1969 to produce studies and statistics that would help the development of Minas Gerais. We studied particularly the 1970s, when the theme was organized and consolidated in the state apparatus of Minas Gerais. The study of publications on the theme of urban and regional planning in Fundação JP Magazine is illustrative, as it demonstrates the changes in approaches given the Minas Gerais and national context, the plurality of theoretical-methodological references, the debates about the paths taken and the future of urban and regional policy. Thus, this article study helps to understand the processes of institutional consolidation of issues about planning and state action in the context of urban and regional policies.

KEY-WORDS Planning; Minas Gerais; Fundação JP Magazine; institutions

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere na recente literatura que tem buscado reavaliar as trajetórias de institucionalização e ação das políticas urbano-regionais durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Essa literatura tem revisitado tanto as iniciativas federais – como o Serfhau, CNPU e CNDU (FELDMAN, 2021; FARIA, 2019) – até as experiências estaduais (VERRI, 2014) e locais (FREITAG; FARIA, 2021) de repercussão dos planos elaborados no período. Os trabalhos têm destacado os efeitos de longa duração, seja de implementação incremental dos planos locais (FERREIRA, 2007), seja de pioneirismo teórico-metodológico dos trabalhos (RAMALHO, 2021), seja de implicações de estruturação espacial regional e estadual dos planos regionais (TAVARES, 2021).

Nesse sentido, a *Revista Fundação JP*, lançada em 1971, é uma fonte privilegiada para as discussões acerca das metodologias e ações de planejamento urbano, regional e metropolitano, tanto mineiro quanto nacional, durante os anos 1970. Nesse sentido, a apresentação de sua primeira edição salientou sua função no “labor de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado [de Minas Gerais]” (FJP, 1971a, p.1). Assim, o papel da revista foi definido “pela divulgação de estudos ou pesquisas e pelo incentivo a iniciativas de apoio ao Poder Público e ao Setor Privado no sentido do equacionamento dos problemas de interesse de Minas Gerais e do País” (FJP, 1971a, p.1). A apresentação seguiu retomando as funções básicas¹ a serem desempenhadas pela Fundação João Pinheiro (FJP), criada em 1969, além de sumarizar o conteúdo da sua primeira edição.

O conjunto dos trabalhos desta primeira edição – que, na verdade, foram elaborados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED) com assessoria do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES) – remetem ao final dos anos 1960 e início da década de 1970. A primeira edição envolveu um conjunto de textos que pretendiam situar as características mais relevantes da economia mineira e delinearam diretrizes que possibilitassem uma elevação das taxas de crescimento econômico estadual. Desta forma, os textos colaboraram para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento que passaria, a partir de então, a ser responsabilidade da FJP.

A compreensão do papel da FJP e, consequentemente, da sua revista se insere num horizonte mais amplo de montagem institucional estatal estadual no sentido da industrialização e modernização do estado de Minas Gerais frente ao seu atraso relativo

¹ A Lei 5.399 de 12/12/1969, que institui a FJP, definiu as seguintes cinco finalidades: 1) planejamento do desenvolvimento estadual envolvendo estudos, pesquisas, programação econômico-social, inclusive estudos de oportunidades de investimento; 2) estudo, pesquisa, divulgação e aplicação de métodos e técnicas de organização racional do trabalho e processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos; 3) execução de serviços de geografia e estatística; 4) execução de projetos de pesquisa e prestação de serviços no campo de tecnologia básica e social; e 5) ensino, por meio de cursos afins com as atividades mencionadas nos itens anteriores.

em relação ao Rio de Janeiro e, particularmente, a São Paulo, manifestado, sobretudo, na intensa emigração ao longo das primeiras seis décadas do século XX (GODOY, 2009; PAULA, 2017; BRITO; SOUZA, 1995). A chamada “perda de substância” da economia mineira ensejou diversas ações² das elites dirigentes mineiras (DULCI, 1999), tendo, inclusive, como marco inicial moderno a mudança da capital estadual de Ouro Preto para Belo Horizonte, que possuía demarcado sentido geoeconômico de articulação das diversas atividades produtivas arroladas nas diversas regiões do estado (SINGER, 1977; LACERDA, 2019).

A autenticidade na construção deste aparelho estatal e algumas singularidades – e.g. o pioneirismo do desenvolvimentismo mineiro com João Pinheiro – já foram amplamente discutidos pela literatura (DINIZ, 1981; CINTRA; HADDAD, 1978; SIQUEIRA, 2007; PAULA, 2004; 2017). Mais raros, no entanto, foram os estudos das políticas e ações setoriais, como, por exemplo, as políticas urbano-regionais. Estas visavam enfrentar a desigualdade estruturante do espaço geoeconômico mineiro, sendo, inclusive, uma das razões centrais para uma ação precoce do Estado, bem como do desenvolvimento de políticas industriais espacialmente específicas para combater as desigualdades regionais. Entretanto, antes da estruturação de políticas urbano-regionais, diversas ações “indiretas” tiveram efeitos espaciais marcantes, seja para desarticulação interna – notadamente o período da “era ferroviária” (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012) – quanto para articulação interna do estado – em especial, a “era rodoviária” sob ação do DER-MG (LOPES; GODOY, 2019), bem como a política de construção de hidroelétricas pela Cemig (CEMIG, 1971). Contudo, apenas na segunda metade dos anos 1960, com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), em 1965³; a estruturação do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED); da Superintendência de Desenvolvimento da Área Mineira do Polígono das Secas (SUDEMINAS), em 1966⁴; e a criação da Companhia de Distritos Industriais (CDI), em 1971⁵, que se consolidaram meios de intervenção urbano-regional diretos.

Este conjunto, amparado, por um lado, do ponto vista estadual, com os repasses e financiamentos do BDMG, os estudos de viabilidade industrial do Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), a oferta abundante de energia pela Cemig e pelo sistema de Incentivos Fiscais⁶ (DINIZ, 1981), além da própria FJP, foram consolidados,

² Outras ações relevantes foram o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 (PAULA, 2004); a criação da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho na década de 1930 (DULCI, 1999); a instalação da cidade industrial de Contagem, 1942 (DINIZ, 1981); o Plano de Recuperação Econômica de 1947 (DINIZ, 1981); o Binômio Energia e Transporte com a organização e criação do Departamento de Estradas e Rodagens (DER-MG) e da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) (DINIZ, 1981); criação do BDMG, em 1962 (PAULA, 2017); e, finalmente, a institucionalização do Sistema Estadual de Planejamento, em 1972 (Siqueira, 2001).

³ Lei nº 3764/1965

⁴ Lei nº 4133/1966 e Decreto nº 10023/1966, respectivamente.

⁵ Lei nº 5121/1971.

⁶ Lei nº 5261/1969.

em 1971, com a estruturação do Sistema Estadual de Planejamento⁷. E, por outro, pelo contexto nacional: de crescente desconcentração e transbordamento das inversões industriais de São Paulo (CANO, 2007); da emergência da problemática das políticas nacionais de desconcentração industrial (CANO, 2007) e do desenvolvimento urbano-regional pelo Governo Federal (MONTE-MÓR, 1981); e pelos investimentos das empresas estatais no interior do país (BACELAR, 2012), abriram uma janela de oportunidade para diversas inversões industriais em Minas Gerais que, conforme as perspectivas da época (BDMG/CED/ILPES, 1970; MINAS GERAIS, 1971), dentre as condições necessárias para sua sustentação tinha-se a estruturação de uma rede urbana estadual. Assim, uma rede urbana estruturada e equilibrada, pensavam a elites técnicas da época, seria a chave para a consolidação da industrialização mineira, o que geraria a difusão das oportunidades de emprego, consequentemente, a retenção da população migrante, e melhoria de qualidade de vida dos mineiros (BDMG/CED/ILPES, 1970; MINAS GERAIS, 1971).

A PROBLEMÁTICA URBANO-REGIONAL NA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO NOS ANOS 1970

Para a devida compreensão do conteúdo produzido pela *Revista Fundação JP* se faz necessário apresentar o próprio desenvolvimento da institucionalidade e organização da FJP, bem como da conjuntura político-econômica estadual e nacional. Particularmente interessa a trajetória institucional das políticas urbanas e regionais desempenhadas pela FJP, que podem ser divididas em dois períodos. O primeiro, entre 1971 e 1975, foi marcado pela estruturação de um segmento específico dentro da FJP voltado para a problemática do planejamento urbano e regional. O segundo, entre 1975 e 1979, pela consolidação e crescente prestígio da atuação da FJP no segmento de planejamento, além de demarcada divisão de trabalhos conforme a escala e temática de planejamento.

A origem da temática urbano-regional remete ao Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes), que funcionou entre o fim de 1970 e início de 1971 dentro da FJP, e tinha como objetivos promover o planejamento e o desenvolvimento econômico-social mineiro, sobretudo via convênios com o BDMG, o CDE e a Secretaria Estadual da Fazenda (GOMES, 2022). A estruturação do Sistema Estadual de Planejamento, em outubro de 1971, que incluiu a FJP como entidade vinculada, fez com que o Ipes, em 1972, fosse desmembrado no Centro de Projetos de Desenvolvimento (CPD) e no Centro de Estudos Econômicos e Urbanos (CEEU) (GOMES, 2022).

O CEEU ficou responsável pela confecção de estudos, pesquisas e projetos nas áreas econômicas e de urbanismo. A sua existência perdurou até o final de 1972 quando, pelo volume de trabalho, foi desmembrado, em 1973, no Centro de Economia Aplicada (CEA), responsável pela área econômica, e no Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU), especializado na área de urbanismo (GOMES, 2022). Nota-se que esta estruturação

⁷ Lei nº 5792/1971.

seguiu *pari passu* a institucionalização inicial da política nacional urbana de âmbito federal que, no contexto da ditadura civil-militar, envolveu o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfau), de 1964, e, posteriormente, o Programa de Ação Concentrada (PAC), de 1969, até desembocar na Comissão de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), de 1974⁸ (FELDMAN, 2021; LEME, 2019).

No plano das atividades desenvolvidas enquanto CEEU, ou seja, até 1973, a divisão responsável pelos estudos urbanos (o Instituto de Pesquisas e Projetos Urbanos – IPPU) participou de projetos de desenvolvimento urbano e regional além de Minas Gerais, em Roraima e no Amapá. Posteriormente, quando se tornou CDU, desenvolveu estudos específicos para as cidades históricas de Ouro Preto e Mariana, entre 1973 e 1974, bem como, em parceria com o BDMG, estruturou o Programa de Desenvolvimento Urbano para Minas Gerais, em 1973, voltado especificamente para cidades de porte médio nas diversas regiões de Minas Gerais (GOMES, 2022). Importante frisar que esta política esteve embebida no contexto do I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), vigente entre 1972 e 1976, onde se salientou a importância de uma política de urbanização, especialmente nas cidades consideradas polo de cada Região de Programação⁹. No artigo consta que isso seria promovido pela implementação de uma política de atração de investimentos industriais atrelada à descentralização administrativa dos serviços públicos e do melhoramento do equipamento urbano (MINAS GERAIS, 1971, p.12-16).

Concomitantemente, foram desenvolvidas ações voltadas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte pelo Plambel (Plano Metropolitano de Belo Horizonte), grupo instituído dentro da FJP, em 1971, e tornado órgão autônomo a partir de 1974, com regulamentação federal acerca das regiões metropolitanas (TONUCCI FILHO, 2012).

O segundo período se inicia entre 1975 e 1976 – em meio a nova reestruturação organizacional da FJP, na esteira de transformação do CED em Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral¹⁰, no contexto de passagem do Governo estadual de Rondon Pacheco (1971-1975) para Aureliano Chaves (1975-1979) – quando foi criada a Diretoria de Planejamento, a qual o CDU esteve vinculado. O período também foi marcado pela formulação do II PMDES, além saída da problemática metropolitana da FJP, com autonomização do Plambel.

Do ponto de vista da divisão de trabalho – durante o Governo Aureliano Chaves, cujo presidente da FJP, a partir de 1977, foi Antônio Octávio Cintra – a Diretoria de

⁸ Posteriormente no Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), em 1979.

⁹ Desde finais dos anos 1960 no âmbito do CED e suas parcerias (BDMG e ILPES) foram desenvolvidas regionalizações além das zonas fisiográficas do IBGE. Um dos resultados, que era preliminar, chamado “Regiões para fins de programação” tornou-se canônico ao ser incorporado no I PMDES, elaborado em 1971, para guiar as ações no espaço mineiro (MINAS GERAIS, 1974). A persistência deste recorte só foi substituindo como diretriz espacial das políticas públicas mineira em 1992, quando a FJP define as Regiões de Planejamento (DINIZ; BATELLA, 2005).

¹⁰ Decreto 17.122/1975.

Planejamento concentrou suas ações no *planejamento regional*; e o CDU esteve concentrado no *planejamento microrregional e urbano*. Ademais, destaca-se que nas áreas social e institucional destes planos, ambas as diretorias tinham o apoio do Diretoria de Programas Públicos (DPP), criada em 1975 na FJP (GOMES, 2022). Ressalta-se que foi também em 1977 que o CDU novamente retomou sua situação como diretoria própria, ou seja, não estava mais subordinada a Diretoria de Planejamento (GOMES, 2022).

O segundo período foi marcado pela forte retomada do planejamento regional, um dos marcos do II PMDES e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), especialmente sob a metodologia de planos regionais de desenvolvimento integrado. Foram priorizadas regiões consideradas tanto “problemas”, quanto com grandes “potenciais” não aproveitados, isto é, o Sul de Minas, a Área Mineira da Sudene (AMS), o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Rio Doce (GOMES, 2022).

O Sul de Minas era visto como área potencial para receber a desconcentração de investimentos de São Paulo e já vinha sendo objeto de atenção estadual desde finais dos anos 1960 (DER-MG/CEMIG/CED, 1967). A AMS também tinha potencial de atração devido aos elevados incentivos fiscais por ser parte da área da Sudene, mas também era afligida pelos graves problemas sociais (LACERDA, 2019). Ela também já vinha sendo foco de atenção desde os anos 1960 através da SUDEMINAS (MINAS GERAIS, 1967b), sobretudo pela sua preterição frente aos estados nordestinos no montante total de investimentos em infraestrutura física e social. Do mesmo modo, o Vale do Jequitinhonha, área também com baixos índices de desenvolvimento econômico e social (LACERDA, 2019), tinha a CODEVALE e o desenvolvimento de alguns planos estudos e planos regionais (CODEVALE, 1968). O Vale do Rio Doce padecia de problemas de um crescimento urbano explosivo em poucos centros e baixo dinamismo econômico e expulsão de população das pequenas cidades e áreas rurais (LACERDA, 2019).

O crescente prestígio da problemática urbano-regional na política estadual pode ser demarcado pelo retorno do *status* como diretoria, em 1977, do CDU, que ampliou sua importância atuando em quatro programas-chave: a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, o Programa de Desenvolvimento Urbano, o Programa de Cidades Históricas e Programas Especiais (GOMES, 2022), além da realização de uma série de estudos sobre a realidade urbana mineira e identificação de cidades-polo.

Em 1979, assumiu como Governador Estadual Francelino Pereira (1979-1983). No âmbito da FJP, em relação a problemática urbano-regional, permaneceu sua ação no campo do planejamento. Contudo, a principal mudança foi a fusão do CDU com a DPP, conformando a Diretoria de Planejamento Social e Urbano (DPSU), cujo objetivo visava melhor aproveitamento do quadro técnico da FJP, além de buscar uma maior integração das problemáticas urbanas, microrregionais e regionais. Este movimento resultou, posteriormente, no desenho do Programa Estadual de Cidades Intermediárias de Minas Gerais (PROECI) (MENDONÇA, 1990).

A REVISTA FUNDAÇÃO JP NA DÉCADA DE 1970

Conforme Soares (2022), a *Revista Fundação JP* foi produzida pelo Setor de Informações da Diretoria de Comunicação e servia para divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela FJP, bem como outros órgãos do Governo Estadual. A partir de 1974, nela foi incorporado o *Boletim Conjuntura*, publicado pelo CEA da FJP com informações de conjuntura econômica. A partir de então, em 1974, a revista passou a se chamar *Revista Fundação JP – Análise e Conjuntura* e passou a ser publicada mensalmente, em vez de trimestralmente (GOMES, 2022). Chegou a ter tiragem de seis mil exemplares com circulação em diversos centros nacionais e em 21 países (SOARES, 2022).

Conforme se vê na Figura 1, em meio aos artigos, estão dispostas – muitas vezes em impressão colorida – propagandas de empresas estatais, órgãos e secretarias estaduais, empresas privadas em setores ou áreas prioritárias de inversão e cursos oferecidos pela FJP. Estes anúncios serviam para divulgar as oportunidades de inversão junto ao público da revista, as realizações do governo estadual, além de apresentar as instituições de apoio ao processo de industrialização e desenvolvimento estadual. Contudo, é possível notar que no decorrer da década, especialmente a partir de 1978, ocorreu uma redução significativa na quantidade de propagandas, especialmente de empresas estatais e privadas.



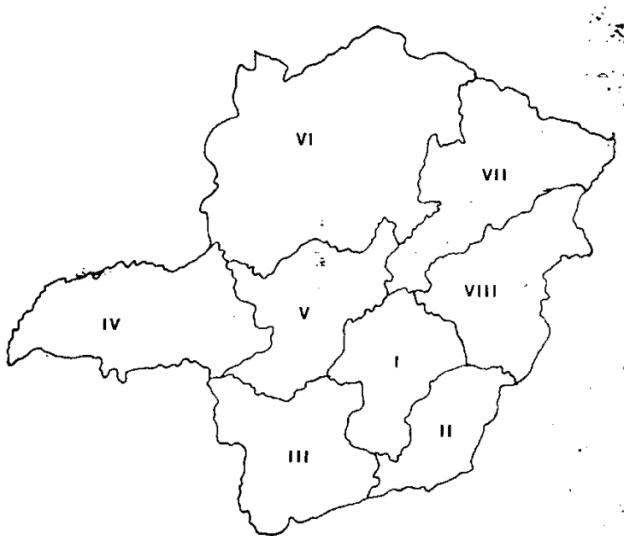
[Figura 1: Propagandas presentes na *Revista Fundação JP*. (a) Banco de Crédito Real, banco público estadual (1971); (b) Cortnorte, empresa da Área Mineira da Sudene (1972); (c) CEMIG, empresa de capital misto de energia elétrica (1973); (d) Oferta de cursos de especialização em Administração oferecido pela FJP (1975); (e) Sistema Estadual de Planejamento e seus órgãos vinculados pós-1975 (1976); (f) Banco do Brasil banco público federal (1978). Fonte: *Revista Fundação JP*, diversas edições.]

Em 1986, a revista foi refundada, ampliando seu escopo de temáticas, e renomeada de *Revista Análise & Conjuntura*. Ela foi editada até janeiro de 1993.

Mas, além de espaço de divulgação dos planos e realizações estaduais na área urbano-regional, a revista também foi espaço privilegiado para produção de textos críticos, com debates teóricos, metodológicos e avaliativos no campo do planejamento. O conteúdo produzido foi feito tanto por técnicos e funcionários da FJP, quanto assinado por instituições e membros externos, refletindo pluralidade de perspectivas. Salienta-se como os ciclos de discussão refletiam tanto a conjuntura nacional e estadual, quanto apontavam para desenvolvimentos autônomos de perspectivas gestada no âmbito da Fundação João Pinheiro.

Conforme já apresentado, a primeira edição é um compêndio de textos produzidos por outras instituições estatais estaduais. Particularmente interessante é o texto de abertura “Minas Gerais e o Desenvolvimento Nacional” – redigido a partir da parceria BDMG, CED e ILPES, em 1970. Nele são apresentadas as quatro *funções de Minas no desenvolvimento nacional*, além de quatro diretrizes de desenvolvimento para consecução do desempenho destas funções. Todos estes elementos, posteriormente, entraram no I PMDES. Interessa, particularmente, a terceira e quarta função, respectivamente, “desenvolver uma capacidade de criação de emprego e uma atração urbana suficiente para ter população, freando os fluxos emigratórios para as metrópoles do litoral” e “participar do esforço nacional de penetração para o interior” (BDMG/CED/ILPES, 1971, p. 4). O terceiro procurava evitar os problemas de “congestionamento urbano” mediante a criação de um nível eficiente de emprego via “uma política de diversificação industrial (...) com a criação de sistemas compostos por centros urbano-industriais” (idem, p.4). Já a quarta função apontava a criação de novos centros de penetração no interior do país.

A diretriz de ação estadual número 2 propunha a “desconcentração do próprio crescimento” mineiro, pois buscava evitar eventuais “deformações que a estrutura espacial (...) sofreria caso persistisse o padrão de desenvolvimento extremamente concentrado em Belo Horizonte” (idem, p.5). Assim, seria possível “viabilizar o uso das potencialidades de cada região” (idem, p.5). A concretização deste objetivo passava pela “política de descentralização urbano-industrial, de descentralização dos serviços públicos e de remanejamento da rede de transportes e comunicações e do comércio” (idem, p.5). Particularmente, o espaço regional síntese de ações estaduais e federais – e posteriormente salientado também no I PMDES – foi a Região de Programação VI, envolvendo a porção noroeste do estado, particularmente o vale do Rio São Francisco e região sul do Polígono das Secas das Áreas Mineira da SUDENE. A Região VI era considerada estratégica, pois deveria ser ponta de lança da ocupação do interior do país, da integração espacial nacional e de desconcentração espacial da indústria, refletindo e convergindo com o avanço econômico e social pretendido pelo Governo Federal (MINAS GERAIS, 1971). A Figura 2 apresenta o estado de Minas Gerais dividido nas suas Regiões de Programação.



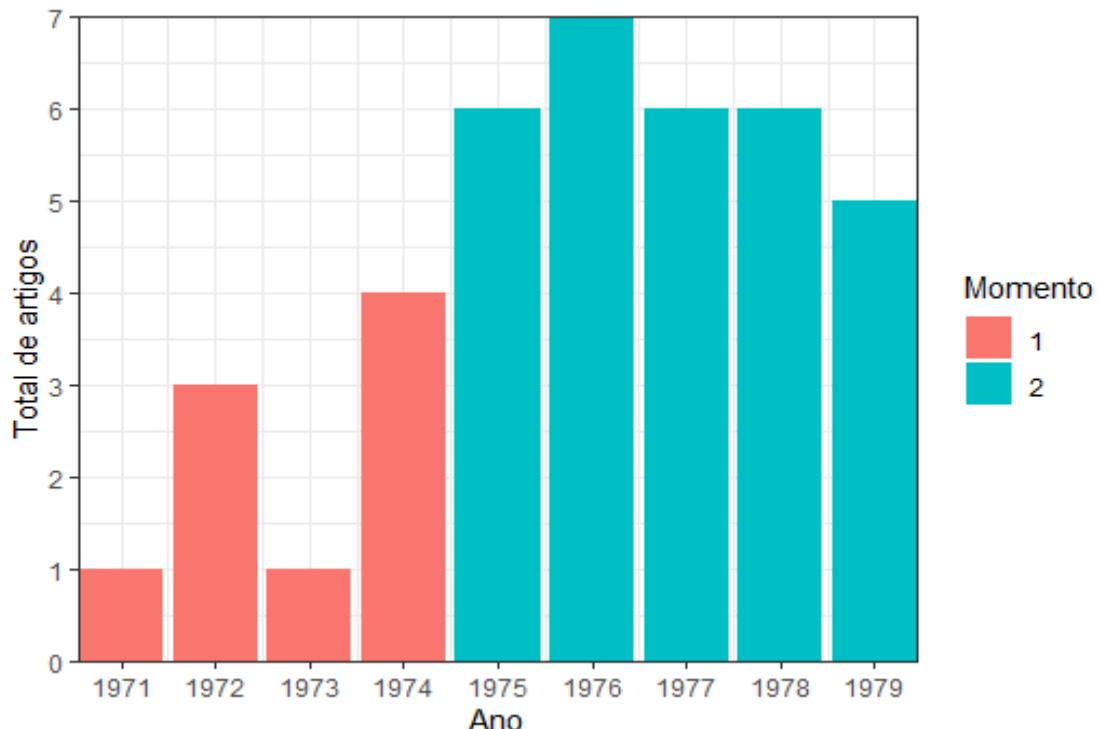
[Figura 2: Regiões para fins de Programação do Estado de Minas Gerais. Fonte: MINAS GERAIS (1971).]

O outro texto de interesse desta primeira edição – também redigido a partir da parceria CED, BDMG e ILPES – é o “A rede de transportes de Minas e a integração do seu espaço econômico”, que basicamente apresenta um exame do grau de acesso, interno e externo, das diversas Regiões de Programação. O objetivo foi auxiliar na definição de prioridades de intervenção de um programa de transportes de superfície, particularmente rodoviário¹¹, para acelerar o desenvolvimento estadual. Aqui já se apresentava um exemplo da operacionalização das Regiões de Programação e dos estudos sobre diferentes graus de desenvolvimento regional dos espaços mineiros.

A partir da segunda edição, lançada no segundo trimestre de 1971, até o final de 1979, período de análise deste trabalho, 39 artigos trataram da problemática do planejamento. Do ponto de vista metodológico, examinamos textos tanto com abordagens gerais acerca do planejamento estatal; quanto aqueles específicos, isto é, que trataram do planejamento em suas múltiplas escalas (urbano, metropolitano, regional). Ademais, consideramos as temáticas setoriais – especificamente transportes, indústrias – com menção à ação estatal planejada para o estímulo do desenvolvimento regional.

¹¹ Em 1972 foi aprovado o Programa de Desenvolvimento Rodoviário – PRODER, que seria cumprido pelo DER-MG.

Nesse sentido, a Figura 3 apresenta a produção de artigos anuais sobre planejamento, além da divisão entre os dois períodos de estruturação dos estudos urbano-regionais – o primeiro até 1974 e o segundo a partir desta data até 1979.



[Figura 3: Produção de artigos relacionados a temático do planejamento urbano-regional na *Revista Fundação JP*. Fonte: elaboração própria.]

Primeiro momento: estruturação dos estudos acerca do planejamento urbano-regional (1971-1974)

No primeiro momento, enquanto ocorria a estruturação das diretorias com foco nos estudos sobre planejamento urbano-regional, constatamos que predominaram abordagens em relação à questão metropolitana. Foram cinco os textos publicados¹². Isso é explicado pelo contexto em que o Plambel esteve dentro FJP, além da consolidação da importância da temática com a regulamentação das regiões metropolitanas ao nível federal. Em relação a vinculação institucional dos autores, dos cinco textos produzidos, quatro foram redigidos por técnicos da Fundação João Pinheiro e um por um consultor jurídico relacionado ao Plano Metropolitano da RMBH. A formação profissional dos autores, refletindo o contexto de multidisciplinariedade do planejamento (COSTA, 2008), era de engenheiros, sociólogos, bacharéis em direito, arquitetos, economistas e matemáticos.

¹² *O plano metropolitano de Belo Horizonte* (DAYRELL, 1971); *A metrópole e o pleno desenvolvimento do homem* (DAVID, 1972); *Área Metropolitana, desafio à técnica e à comunidade* (CINTRA, 1972); *A Região Metropolitana e sua lei* (FONSECA, 1974); e *Uma área metropolitana sem metrópole* (MONTE-MOR; DRUMMOND, 1974).

O outro conjunto de quatro textos publicados neste primeiro momento discutem assuntos diversos tais como: a importância do planejamento no contexto de urbanização latino-americana (LAMOUNIER, 1972); a importância da formação de quadros técnicos para consecução do planejamento pretendido e demandado pelo Estado em seus vários níveis, particularmente com uma discussão para o caso mineiro, inclusive com a sugestão da criação de um curso de especialização em planejamento urbano e regional (LAMOUNIER, 1973); a discussão teórica acerca da inefetividade do planejamento brasileiro e uma preposição alternativa, bem como um debate acerca dos custos de urbanização (DANTAS, 1974), e, por fim, o esboço de um plano regional para uma região prioritária¹³.

Segundo momento: consolidação e prestígio dos estudos e planos acerca do planejamento urbano-regional (1975-1979)

A partir de 1975, no segundo momento, nota-se na Figura 3 o aumento da produção de artigos acerca do planejamento urbano-regional. Esta elevação se deu, principalmente, pela maior periodicidade de publicações, que passa a ser mensal; pela centralidade do planejamento regional no âmbito do II PMDES, ao nível estadual, bem como do II PND, ao nível federal; e pela própria consolidação da estrutura institucional voltada à pesquisa e à realização de planos dentro da FJP. Nesse sentido, a edição de junho de 1975 da *Revista Fundação JP* dedica-se a apresentar as diretrizes básicas do II PMDES:

o Governador Aureliano Chaves determinou que se desse, no II Plano Mineiro, especial ênfase à formulação de planos regionais de desenvolvimento, já que em Minas ainda se destaca a desintegração de sua estrutura espacial, dado que repercute e explica as características do nosso sistema urbano, também definido como desintegrado, isto é, carente de centros intermediários relevantes, o que marginaliza a maior parte do nosso espaço geográfico. Assim, as cidades são incapazes de oferecer suporte urbano ao processo de expansão produtiva (MINAS GERAIS, 1975, p.3).

Depreende-se do trecho acima a importância do sistema urbano e do urbano como suporte para o desenvolvimento. Em outra parte do texto, que discute o problema da concentração *versus* desconcentração espacial, apresenta-se uma releitura das opções dos estilos de desenvolvimento dos governos anteriores, bem como a relevância de uma nova compreensão acerca do processo de desenvolvimento, que passa a ser compreendido como desequilibrado¹⁴ ao invés de equilibrado, o que implica, consequentemente, em novo entendimento acerca do próprio planejamento:

O dilema pode ser encarado em termos de estratégias distintas: uma delas foi colocada no Plano de Recuperação Econômica [1947] que diagnosticava falta de um núcleo aglutinador capaz de compensar a polarização exercida por centros externos e propunha reforço do centro [Belo Horizonte]; a outra substanciou-se no I PMDES que, a partir da visão do Estado

¹³ Uma estratégia para o Vale do Jequitinhonha feito pelo BDMG (1974).

¹⁴ É notável a influência das perspectivas de Albert Hirschman (1958).

como polarizado por Belo Horizonte e desequilibrado na sua rede de cidades, advogou política de desconcentração (MINAS GERAIS, 1975, p.7-8).

Entre ambas as estratégias, o II PMDES propunha a adoção de “diferentes estilos de desenvolvimento” para atender “às peculiaridades de cada região”, mas sempre remetendo ao plano para o estado como um todo (idem, p.7). Do mesmo modo, o planejamento, em seu sentido, deveria incorporar uma “teoria da trajetória crítica do desenvolvimento em que se delineiem os passos e etapas em função do desdobrar do processo e não em função de previsão ‘a priori’” (idem, p.9), o que significaria o aproveitamento do poder indutor dos desequilíbrios, ou seja uma “política de desenvolvimento desequilibrado” (idem, p.9), em que:

a função central do órgão de planejamento é de sintonizar a máquina pública com as exigências do desenvolvimento, ora induzindo-o através da criação de desequilíbrios, ora corrigindo-lhe as distorções e desajustes [...] que ora dá ênfase ao papel do Estado como investidor em atividades diretamente produtivas, ora lhe realça a atuação na formação de capital social e internalizações de deseconomias geradas pelo próprio desenvolvimento (MINAS GERAIS, 1975, p.9).

Este duplo papel do Estado – como indutor de desequilíbrios e corretor de distorções – levaria ao “abandono do planejamento comprehensivo e do modelo de desenvolvimento equilibrado que a ele se liga”. Assim, a nova concepção de planejamento deveria se basear: a) numa ação planejadora que se ajusta ao processo de desenvolvimento, com opção e decisões com graus de flexibilidade; b) em programas estratégicos setoriais e, principalmente, regionais, em que o foco de ação governamental recai em setores e regiões prioritárias, em menor estágio de desenvolvimento.

A partir destas diretrizes, na *Revista Fundação JP*, até o final de 1979, foram publicados outros 30 textos sobre planejamento. As temáticas podem ser agrupadas em quatro grupos. Um primeiro grupo trata do planejamento estatal em geral, com o intuito de avançar no esboço apresentado na edição especial acerca do II PMDES no entendimento de um planejamento que fosse além da perspectiva comprehensiva e do desenvolvimento equilibrado – setorialmente e espacialmente.

São cinco artigos com esta temática, sendo dois deles na mesma edição, em 1975, debatendo entre si e consolidando as referências para um novo estilo de planejamento – uma perspectiva incremental (CINTRA, 1975) e outra pragmática (HADDAD, 1975). Ambos os textos foram retomados posteriormente por outro texto publicado pela revista, em 1979, que, por sua vez, propôs um planejamento centrado em problemas – isto é, processual – e histórico-socialmente situado, ou seja, dependente do próprio nível de desenvolvimento econômico e político-institucional da realidade na qual quer intervir (FERREIRA, 1979).

Em relação aos outros dois textos acerca do planejamento em geral, um discute a importância de considerar a dimensão social e a focalização do planejamento nos grupos e espaços marginalizados (POSADA, 1976) e o outro apresenta a importância das contribuições sociológicas no desenho de planos de desenvolvimento, sempre indicando a centralidade da disputa política e dos atores concretos (ALBUQUERQUE, 1976).

Um segundo grupo de textos produzidos, composto por seis textos – e que cumpria o papel da revista enquanto espaço privilegiado de divulgação e propaganda do que era feito pelo Estado e como apresentação de oportunidades de investimento – são os planos regionais de desenvolvimento produzidos pelos órgãos estatais estaduais¹⁵. Alguns textos fazem parte de edições especiais – particularmente sobre o Sul de Minas e Campo das Vertentes – onde, além do diagnóstico regional, há trabalhos sobre a história da formação econômico-social e estudos setoriais.

Um terceiro grupo de textos – que totalizam onze textos – discutem aspectos setoriais (por exemplo, transporte, recursos naturais, industrialização etc.) e sua vinculação como meio/suporte para o desenvolvimento urbano e regional.

Mais especificamente, há um subgrupo de quatro textos referentes ao papel da descentralização industrial como mola propulsora da difusão espacial do desenvolvimento, seja através de políticas de incentivo fiscal, seja através da implementação de distritos industriais. Nesse sentido, um texto fornece o panorama da política do CDI para implementação dos distritos industriais (PENA, 1975). Dois outros textos tratam especificamente das condições históricas que levariam a descentralização industrial e seus limites, tanto para desenvolvimento regional quanto para integração espacial (CARDOSO, 1979) – além de críticas às políticas em voga, particularmente os incentivos fiscais e os distritos industriais (TOLOSA, 1977). E, por último, um texto institucional – assinado pelo CDI, FJP e INDI – que apresenta como a política de distritos industriais mineira respondia aos desígnios mais amplos da política de desenvolvimento regional estadual. Este texto foi uma resposta às críticas, em edição anterior, acerca da aceitação acrítica da política de construção de distritos industriais¹⁶. Este texto institucional apresenta todas as etapas de avaliação e quais as pré-condições eram necessárias para que uma localidade fosse escolhida para ter um distrito industrial instalado, bem como a avaliação potencial de segmentos que poderiam ser atraídos segundo o porte de viabilidade regional do distrito (CDI; FJP; INDI, 1977).

Um outro subgrupo é referente a temática de modernização administrativa dos municípios, com dois textos (MATOS, 1976; LIMA, 1979). Estes foram escritos no contexto do desenho estadual de uma política de modernização administrativa, devido a constatação da inefetividade dos planos e políticas urbanas (GOMES, 2022), que começou ser implementada ao final da década de 1970. Em outras palavras, neste período, passou-se a considerar a organização administrativa municipal como pré-condição para a devida execução dos planos locais e regionais.

¹⁵ Área Mineira da Sudene feito pela Diretoria de Planejamento da FJP (1974); Vale do Rio Doce: uma proposta para desenvolvimento integrado feito por órgãos estaduais com financiamento da Companhia Vale do Rio Doce (1975); Plano do Sul de Minas: por quê? feito pelo FJP e o INDI com financiamento do organismo do Governo da Alemanha Ocidental (1976); II Plano Integrado do Desenvolvimento do Noroeste Mineiro feito pelo Departamento de Planejamento da FJP (1976); Microrregião dos Campos das Vertentes feito pela FJP (1977); e Sul de Minas: um potencial para a interiorização do desenvolvimento feito pela FJP (1979).

¹⁶ Texto de Tolosa (1977).

Ligados a esses textos, existem outros dois textos relacionados ao problema das finanças municipais e sua associação com a melhor estruturação das prefeituras para elevar sua capacidade de exação (RIANI, 1978; DIAS; SOUZA, 1978). Estes textos salientam a importância, por um lado, das leis de zoneamento e sua vinculação com o IPTU e o cadastro imobiliário para a melhor disponibilidade de recursos. E, por outro, as dificuldades de gastos sociais setoriais em políticas urbanas (saneamento e habitação, primordialmente) – devido ao regime tributário centralizado na esfera federal (OLIVEIRA, 1991) – e seus impactos na própria estruturação dos municípios e na sua capacidade de planejamento, o que implicava, como num ciclo vicioso, na incapacidade de administrativa e de gastos, consequentemente, na retenção e atração de população.

Ademais, ainda no grupo de textos setoriais há um texto sobre o papel dos transportes, especialmente de corredores de exportação (ALVES, 1976) – dado o contexto nacional de crescente estrangulamento do balanço de pagamentos – e outros sobre a gestão de recursos naturais (SILVA; PADILHA, 1976) para o desenvolvimento regional. Também há um texto relacionando a problemática da urbanização com as migrações internas e salientando a importância de uma rede urbana mais equilibrada (STRAUSS, 1975) para evitar a concentração dos fluxos humanos para as metrópoles. Por fim, um artigo discutindo a importância da consecução de fundos públicos para o financiamento (SILVA, 1977) do desenvolvimento regional, que padecia de recursos – sobretudo para inversões em saneamento, habitação, saúde e educação – frente a complexidade e disparidades regionais existentes em Minas Gerais e no Brasil.

Um quarto grupo de artigos são os estudos mais específicos sobre a questão urbano-regional, totalizando sete textos. Este conjunto é composto por: estudos empíricos para a definição das características regionais e municipais mineiras para a eleição de áreas prioritárias para as inversões públicas (SILVA; ARRUDA, 1977). Um texto sobre as origens do desenvolvimento regional na França (VOCHEL, 1977). Um artigo ressaltando as contribuições de Hardoy, intelectual latino-americano com contribuições originais acerca da questão urbana (NEVES, 1978). Dois textos debatendo o contexto nacional de desenho da política nacional de desenvolvimento urbano (DUTRA JUNIOR, 1978; AZEVEDO, 1978) na transição entre a CNPU e o CNDU. Um texto avaliando o desenvolvimento regional no Aglomerado do Vale do Aço, debatendo inclusive as políticas regionais postas em prática até então (PENNA, 1979). Por fim, um artigo que, embora seja um texto avaliando a nova industrialização mineira, traz o debate sobre os efeitos espaciais das diferentes políticas de atração de investimentos (financiamento, participação societária do Estado de Minas Gerais, distritos industriais, incentivos fiscais, etc.), bem como salienta como a política de incentivos fiscais não incorporou em si mesma uma predileção por áreas prioritárias de inversão, resultando na atração de setores e a localização dos empreendimentos nos espaços/regiões que já tinham vantagens locacionais (DUARTE FILHO; CHAVES; SILVA, 1979), isto é, a Região Metropolitana de Belo Horizonte e seu entorno, o Triângulo Mineiro, o Sul de Minas e a cidade de Montes Claros.

No que consideramos como segundo momento da temática do planejamento urbano-regional no âmbito da FJP, dentre os textos possíveis de identificar a formação profissional

dos autores, permanece a pluralidade de formação; entretanto, é notável o grande número de textos assinados por economistas. Isso reflete a centralidade e prestígio destes profissionais no contexto de planejamento dos anos 1970 (HADDAD, 1978; DINIZ, 1981; GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2015).

Já em relação a vinculação institucional, predominam os técnicos da FJP, seguidos por funcionários de outros órgãos estaduais como CDI, INDI e Secretarias de Estado. Contudo, também há textos de pesquisadores do IPEA, do ILPES e de universidades estrangeiras. Em especial, há uma edição da revista com as conferências dadas no Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, inclusive com participação de uma equipe francesa (FJP, 1977).

Em relação ao referencial teórico utilizado pelos autores nos 39 textos de ambos os momentos – isto é, de 1971 até 1979 –, construímos uma nuvem de palavras com os sobrenomes das referências que possuem ao menos duas citações¹⁷ (Figura 4). Quanto maior o tamanho do sobrenome na imagem, maior é o número de citações. A principal referência, com seis citações, é o livro “Planejamento Regional – Enfoque sobre Sistemas” de Jos G.M. Hilhorst. Depois temos diversos textos de Josef Barat que tratam da questão do transporte e sua relação com o desenvolvimento. Os demais sobrenomes dos autores indicam a pluralidade de referências e perspectivas, pois há desde latino-americanos – como Sergio Boisier –; poloneses – como Boleslaw Malisz, com as versões francesas de seus livros e artigos –; italianos – como Alberto Rossi –; literatura norte-americana; autores brasileiros, bem como documentos e órgãos institucionais, especialmente federais (Brasil e Serfhau). Outro aspecto relevante constatado é que os textos ganham maior volume de referências ao longo do tempo, indicando maior estruturação da produção e rigor de análise. Do mesmo modo, como já salientado, alguns textos retomam e citam outros textos já publicados pela revista, indicando seu papel como fonte relevante de debates e produção acadêmica.



[Figura 4: Nuvem de palavras com os sobrenomes dos autores com ao menos duas citações nos textos publicados na *Revista Fundação JP* entre 1971 e 1979.
Fonte: Elaboração própria]

¹⁷ Não foi considerado o artigo de Neves (1978) sobre Hardoy por se tratar da discussão exclusiva sobre seu pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se insere na literatura que retoma as experiências de planejamento e as trajetórias de institucionalização das políticas urbano-regionais durante o período da ditadura civil-militar. Conforme dito, embora a precocidade da organização da ação estatal mineira seja amplamente discutida na literatura, as suas expressões específicas – como a política urbano-regional – carecem de trabalhos. Aqui foi privilegiada a análise da *Revista Fundação JP*, editada pela Fundação João Pinheiro, que foi a instituição incumbida de realizar os estudos e a produção estatísticas acerca da realidade socioeconômica de Minas Gerais no sentido de auxiliar o seu desenvolvimento econômico durante a década de 1970, numa longa trajetória de institucionalização do planejamento estatal estadual.

Nesse sentido, dentro da FJP foram estruturados setores específicos para a realização de planos integrados de desenvolvimento local e regional, especialmente o CDU e o DP, respectivamente. Uma faceta da atuação destes organismos – e que refletia sua estruturação – foi a publicação por parte de seus técnicos na *Revista Fundação JP*. Assim, a análise da revista possibilita a indicação tanto das filiações teórico-metodológicas quanto dos trabalhos técnicos e planos desenvolvidos pelos técnicos e pesquisadores durante o período em tela. Isso é ainda mais evidente, pois na *Revista Fundação JP* fica houve o predomínio da filiação institucional dos autores com a FJP e outras instituições estatais estaduais nas publicações.

Do mesmo modo, a partir da análise dos artigos publicados, identificamos dois momentos que refletem a ação e a estruturação da problemática urbano-regional no estado. Um primeiro, marcado pela organização da temática dentro da FJP, e com maior peso da questão metropolitana que perdurou de 1971 até 1974, período coincidente que o Plambel esteve vinculado à FJP. Um segundo momento – entre 1975 até 1979 – de consolidação e prestígio da produção de planos locais e regionais de desenvolvimento, dado o contexto nacional do II PND e refletido, também, no contexto estadual pelo II PMDES.

Ademais, notamos, durante toda a década, que paira uma preocupação mais geral acerca do planejamento e sua efetividade, bem como discussões sobre como torná-lo mais realizável, além de preocupações com necessidade de participação social e das populações-alvo dos planos.

Do ponto de vista do referencial teórico presente nos artigos, observamos a contemporaneidade da produção utilizada, bem como a pluralidade de referências utilizadas. As influências vão além do campo canônico da economia regional e urbana e das teorias de planejamento, pois verificou-se o peso das influências latino-americanas e europeias (notadamente francesas). Assim, é possível depreender a importância da compreensão das especificidades locais e regionais que os autores procuravam incorporar em seus estudos técnicos, sobretudo pela inclusão de uma miríade de referências de estudos de outras realidades nacionais e regionais.

Em síntese, a diversidade de temas, das formações profissionais dos autores, da abertura para debates entre os artigos produzidos, da preocupação com a dimensão social e participativa dentro do planejamento, em especial urbano-regional, revelam como a *Revista Fundação JP* foi muito além de um mecanismo de propaganda das ações do Governo Estadual de Minas Gerais. Em outras palavras, serviu como meio de difusão teórica e institucionalização da problemática do planejamento e da política urbano-regional, particularmente em Minas Gerais.

Por fim, fica em aberto o espaço para a análise mais detida tanto dos planos regionais estaduais de fim dos anos 1960, quanto das iniciativas federais – e.g. Serfhau – nos municípios mineiros, bem como os estudos e planos estaduais – locais e regionais – elaborados e implementados até a estruturação do PROECI ao final dos anos 1970, sempre cotejados pela discussão teórica presente na *Revista Fundação JP* e ao contexto político-econômico estadual e nacional.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José. "O papel dos sociólogos no planejamento e a sociologia do planejamento no papel". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.6,N.8,pp.24-27.1976
- ALVES, Paulo. "Papel dos transportes no desenvolvimento econômico". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.6,N.8,pp.26-34.1976.
- AZEVEDO, Sérgio. "Política urbana: desafios e perspectivas". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.8,N.8,pp.11-16.1978.
- BACELAR, Tania. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Observatório CMG/UPFE-MESC/UPDAM-FASE/ME, 2000.
- BATISTA, Felipe; BARBOSA, Lidiany; GODOY, Marcelo. "Transportes, modernização e formação regional-Subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940". Revista de História Regional,v.17,n.1,2012.
- BDMG/CED/ILPES. Diretrizes da estratégia do desenvolvimento; visão qualitativa e quantitativa. Belo Horizonte. Conselho Estadual do Desenvolvimento. Gabinete de Planejamento e Controle,1970.
- BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil. Seminário sobre a Economia Mineira,v.7,p.249-272,1995.
- CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. Editora Unesp,2007.
- CARDOSO, José. "A desconcentração e a descentralização industriais e os desequilíbrios regionais". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.9,N.5,pp.257-268.1979.
- CDI;FJP;INDI. "Os distritos industriais e o planejamento regional". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.7,N.11,pp.12-36.1977.
- CEMIG. A CEMIG e o Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais 1952-1974. Belo Horizonte: CEMIG,1971.
- CINTRA, Antônio. "Área Metropolitana, desafio à técnica e à comunidade". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.2,N.2,pp.51-55.1972
- CINTRA, Antônio. "Planejamento Compreensivo: nota crítica e esboço de contra-proposta". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.5,N.11,pp.20-23.1975
- CINTRA, Antônio; HADDAD, Paulo. Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro:Zahar,1978.
- CODEVALE. Plano de Desenvolvimento Integrado - sub-região Araçuaí: síntese.1968.
- COSTA, Geraldo. Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da "velha" compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar. In: COSTA, G.M.; MENDONÇA, J. G. de. (Org.). Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas.1ed.Belo Horizonte:Editora C/Arte,2008, v.1,p.68-81.
- DANTAS, Jorge. "Estrutura intra-urbana do ponto de vista físico-territorial". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.4,N.1,pp.32-37.1974
- DAVID, Alain. "A metrópole e o pleno desenvolvimento do homem". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.2,N.1,pp.43-47.1972
- DAYRELL, Gilberto. "O plano metropolitano de Belo Horizonte". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.1,N.2,pp.16-21.1971
- DER-MG/CEMIG/CED. Região Sul - Plano de Desenvolvimento, 1ª Fase: estudos socio- econômicos e diretrizes básicas.1967.
- DIAS, José; SOUZA, Marcos. "Financiamento e endividamento das prefeituras". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.8,N.2,pp.27-40.1978.
- DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. UFMG/PROED, 1981.
- DUARTE FILHO, Francisco; CHAVE, Marilena; SILVA, Rosamaria. "A industrialização Mineira e os Incentivos Fiscais. FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.9,N.12,pp.927-943.1979.
- DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Editora UFMG,1999.
- DUTRA JUNIOR, Adhemar. "Proposições à política nacional de desenvolvimento urbano". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.8,N.3,pp.26-31.1978.

- FARIA, Rodrigo de. O planejamento urbano no Brasil entre a democracia e o autoritarismo: uma interpretação em quatro dimensões. In [LEME, Maria Cristina (org). *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*].São Paulo;Annablume,2019.
- FELDMAN, Sarah. Um ciclo de institucionalização do urbanismo no Brasil. In [FELDMAN, Sarah (org.) *Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979*] São Paulo.Annablume,2021.
- FERREIRA, Carlos. "O planejamento revisto". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.9,N.5,pp.280-284.1979
- FERREIRA, Mauro. Planejamento urbano nos tempos do Serfhau: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca.2007.Tese de Doutorado.Universidade de São Paulo.
- FONSECA, Hélio. "A região metropolitana e sua lei". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.4,N.1,pp.38-43.1974
- FREITAG, Patrícia; FARIA, Rodrigo Santos de. "Pensar Brasília e o Distrito Federal: entre o planejamento urbano-regional e o planejamento nacional (1966-1975/1984)". *Urbe.Revista Brasileira de Gestão Urbana*,v.13,2021.
- GODOY, Marcelo. "Minas Gerais na república: atraso econômico, estado e planejamento". *Cadernos da Escola do Legislativo*.Belo Horizonte,v.11,n.16,2009.
- GODOY, Marcelo; BARBOSA, Lidiany; BARBOSA, Daniel. "Elites modernas na transição para a periferia do capitalismo periférico Engenheiros, economistas e empresários mineiros e a percepção das relações entre o nacional e o regional no quadro da modernização econômica brasileira (1930-1970)". *Economia e Sociedade*, v. 24, p. 481-507, 2015.
- GOMES, Ana Paula. Fundação João Pinheiro na Década de 1970: Projetos de desenvolvimento em disputa. In [SHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva]. Fundação João Pinheiro 50 anos de história e memória: trajetórias, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP, 2022.p.55-85.
- HADDAD, Paulo. "Os economistas e a concentração de poder". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.8,N.3,pp.2-7.1977.
- HADDAD, Paulo. "Pragmatismo e Planejamento Simbólico". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.5,N.11,pp.25-26.1975
- HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*.1958.
- LACERDA, Gabriel do Carmo. Desenvolvimento e Planejamento Estadual em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado,2019.
- LAMOUNIER, Teodoro. "O planejamento de cidades em face da urbanização acelerada". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.2,N.2,pp.74-79.1972
- LAMOUNIER, Teodoro. "O planejamento urbano em vista das necessidades de Minas". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.3,N.1,pp.48-57.1973
- LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo e política no Brasil continuidades, contradições rupturas*. In [LEME, Maria Cristina (org). *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*].São Paulo;Annablume,2019.
- LIMA, Zitta. "Sistema Administrativo Municipal: um modelo tentativo". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.8,N.2,pp.15-26.1978.
- LOPES, Miguel; GODOY, Marcelo. "Estado, transportes e desenvolvimento regional: a era rodoviária em Minas Gerais, 1945-1982". *História Econômica & História de Empresas*,v.22,n.2,2019.
- MATOS, Josac. "Modernização Administrativa para o Planejamento Urbano". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.6,N.5,pp.9-12.1976.
- MENDONÇA, Jupira Gomes. *Programa Estatal de Ciudades Intermedias de Minas Gerais - la falacia de las políticas urbanas en Brasil*. Maestria.UNAM,México,1990.
- MINAS GERAIS, A zona mineira do polígono das sêcas e o nordeste brasileiro: contribuições do Governo Estadual à Elaboração do IV Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.1967.
- MINAS GERAIS. "Diretrizes Básicas do II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.5,N.6,pp.2-11.1975
- MINAS GERAIS. I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social – Diretrizes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

- MONTE-MÓR, Roberto. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In [COSTA, Geraldo; MENDONÇA, Jupira]. Planejamento urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas – Belo Horizonte: C/Arte, 2008.
- MONTE-MÓR, Roberto; DRUMMOND, Júlio. "Uma área metropolitana sem metrópole". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.2,N.1,pp.21-31.1974
- NEVES, Luiz. "A contribuição de Hardoy às políticas urbanas na América Latina". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.8,N.2,pp.2-14.1978.
- OLIVEIRA, Fabrício. A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil. BrasilDebates,1991.
- PAULA, João Antônio de. Instituições de Planejamento e de Desenvolvimento de Minas Gerais - 55 Anos do BDMG, 50 Anos do Cedeplar.1.ed.Belo Horizonte:2 Linhas,228p,2017
- PAULA, João Antônio de. "Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro". Pesquisa & Debate,v.15,n.2,2004.
- PENA, Paulo Camilo. "A desconcentração do espaço econômico através de complexos industriais regionais". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.5,N.11,pp.31-32.1975.
- PENNA, Ricardo. "Aglomerado do Vale do Aço". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.9,N.5,pp.246-256.1979.
- POSADA, Jorge. "Planejamento e estrutura social". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.6,N.4,pp.19-20.1976
- RAMALHO, Arthur. Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, nos anos 1970: profissionais do desenvolvimento urbano e do patrimônio histórico. In [FELDMAN, Sarah (org.) Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979].São Paulo:Annablume,2021.
- RIANI, Flávio. "Finanças municipais". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.8,N.1,pp.11-19.1978.
- SILVA, Fernando. "Aspectos financeiros do desenvolvimento regional". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.7,N.3,pp.3-7.1977.
- SILVA, Jane; ARRUDA, Maria. "Estrutura espacial do Estado de Minas Gerais". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.7,N.2,pp.2-11.1977.
- SILVA, José; PADILHA, Athualpa. "Planejamento dos recursos naturais e desenvolvimento regional". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.6,N.4,pp.21-28.1976.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Companhia Editora Nacional,1977.
- SIQUEIRA, Jack. Planejamento e desenvolvimento em Minas. Armazém de Idéias,2001.
- SOARES, Helena Teixeira Magalhães. 1970 a 1973 - O desenvolvimento e planejamento centralizado e a inserção da Fundação João Pinheiro no Governo do Estado de Minas Gerais - A consolidação de um projeto. In [SHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva]. Fundação João Pinheiro 50 anos de história e memória. Belo Horizonte:FJP, 2022. p.37-54.
- STRAUSS, Estevam. "O processo de urbanização e migrações internas". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.5,N.9,pp.24-27.1975.
- TAVARES, Jeferson. Planejamento federal dos anos 1930 aos anos 1970: funções regionais das cidades e a organização do território nacional. In [FELDMAN, Sarah (org.) Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979].São Paulo:Annablume,2021.
- TOLOSA, Hamilton. "Descentralização industrial". Revista FundaçãoJP.Belo Horizonte:FJP,Vol.7,N.3,pp.8-12.1977.
- TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do Plambel e do PDDI-RMBH. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.2012.
- VERRI, Fernanda Jahn. O planejamento urbano integrado e a atuação do Serfau no Rio Grande do Sul (1964-1975).Dissertação de Metradp. 2014.
- VOCHEL, Lucien. "A organização regional – das origens à atualidade". Revista FundaçãoJP. Belo Horizonte:FJP,Vol.7,N.3,pp.13-19.1977.